
ACESSO LIVRE A PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA OS PESQUISADORES BRASILEIROS EM ADMINISTRAÇÃO

Sueli Goulart

Universidade Federal de Alagoas

Sumário 1. Introdução; 2. Para situar os elementos centrais da discussão; 3. O movimento de acesso livre a publicações científicas; 4. Considerações finais; 5. Referências

1 INTRODUÇÃO

Não constitui novidade a afirmação de que as tecnologias de informação e comunicação promoveram intensa reestruturação nas relações sociais no mundo contemporâneo. Em nossa área de estudos – a Administração – temos sido pródigos e, provavelmente, competentes em abordar essa temática no universo organizacional, em suas várias áreas e dimensões.

Há, entretanto, reestruturações que afetam diretamente nosso fazer, como pesquisadores, sobre as quais temos mantido um relativo afastamento. Refiro-me ao universo da comunicação científica, compreendido como o espaço social de exposição, disseminação, debate, apropriação e (re/des)construção do conhecimento, pressuposto que materializa a produção do conhecimento como empreendimento coletivo.

Nesse espaço, as mudanças impulsionadas pelas tecnologias de informação e comunicação comportam uma dimensão operacional e uma dimensão política. Ambas as dimensões foram (e poderão ser ainda mais) significativamente alteradas em face do desenvolvimento vertiginoso das potencialidades tecnológicas.

Na dimensão operacional, as alterações dizem respeito, prioritariamente, às novas possibilidades de editoração, armazenamento e exposição da produção acadêmico-científica; referem-se a técnicas usadas e constantemente atualizadas num processo quase imperceptível e, via de regra, de fácil assimilação. A dimensão política oferece a oportunidade e a ocasião para uma revolução no acesso ao conhecimento científico, e tudo o mais que daí decorre. Exige posicionamento dos agentes centrais do processo de comunicação científica – os autores – cuja força foi suplantada, no processo de institucionalização dos canais e meios legítimos de credenciamento da produção acadêmico-científica, pelas editoras e provedores de serviços privados de indexação e distribuição.

Pretendo, com as reflexões aqui apresentadas, introduzir a discussão acerca do acesso livre à informação científica no campo da Administração, tema (e movimento) já abraçado por diversos pesquisadores de variadas áreas e instituições brasileiras. Para tal, situarei, brevemente, os elementos básicos da comunicação científica no modelo tradicional, seguido das mudanças decorrentes da

incorporação das tecnologias de informação e comunicação a esse universo. Na sequência, apresento e discuto as iniciativas em curso, em torno das quais parte significativa da comunidade científica brasileira se mobiliza.

Como texto inicial sobre a temática, a pretensão é, sobretudo, acender a chama do desejo de mudar posições no jogo que envolve a comunicação científica, no qual o acesso a publicações é questão fundamental.

2 PARA SITUAR OS ELEMENTOS CENTRAIS DA DISCUSSÃO

Targino (2002), tratando das relações entre novas tecnologias e produção científica, ressaltou que “as aplicações tecnológicas no processo de comunicação acarretaram sempre novas formas de relações sociais e práticas culturais. A começar pela escrita, que propiciou a consolidação da literatura e da imprensa – a grande responsável pela popularização das informações”.

No tema que ora proponho para reflexão, cabe destacar as aplicações que afetaram, sobretudo, os periódicos científicos. Tais publicações, surgidas no século XVII, tornaram-se a base do sistema moderno de comunicação científica. Desde então, essas publicações são o espaço, por excelência, para a publicação de resultados de pesquisa e construções teóricas em várias áreas do conhecimento, inclusive na Administração. Ao mesmo tempo, abriram as possibilidades de recuperação da informação, de acesso à literatura publicada e de comunicação formal ou informal entre pesquisadores; em suma, os periódicos científicos se constituíram num dos elementos centrais do fluxo contínuo e interminável da produção do conhecimento.

Embora não haja consenso sobre o que é ou não é científico, a produção e a disseminação de conhecimentos dessa natureza sempre se orientaram por critérios segundo os quais, em linhas gerais, um texto científico deve ter: “coerência, consistência, originalidade e objetividade, além de se submeter, necessariamente, à apreciação crítica da comunidade científica, após sua imprescindível divulgação” (TARGINO, 2002).

A avaliação por pares se consagrou como requisito essencial da atribuição de cientificidade ao conhecimento produzido; paralelamente, o ato de avaliar conferiu *status*, distinção para os pesquisadores de

um campo e, assim, consideráveis recursos de poder sobre os rumos da própria ciência.

Reconhecido como motor do desenvolvimento econômico, social e tecnológico dos países, particularmente após a Segunda Guerra Mundial, o conhecimento científico adquiriu forte valor mercantil e foi alvo de mecanismos rigorosos de controle e investimentos de porte.

Na década de 60, o americano Eugene Garfield teve a idéia de analisar as citações bibliográficas de artigos de periódicos criando, assim, o *Science Citation Index* (SCI), no âmbito de seu *Institute for Scientific Information* (ISI). Estabelecendo critérios rigorosos para inclusão de títulos, o SCI se tornou referência mundial para a indexação da produção científica e a classificação de revistas e artigos segundo seu impacto (número de citações recebidas) André (2005, apud KURAMOTO, 2006).

Estar indexado no SCI se tornou em muitos países, inclusive no Brasil um dos mais importantes, se não o mais, indicador de qualidade das publicações e de reconhecimento e prestígio dos pesquisadores que publicam nesses veículos. Avaliações institucionais, particularmente aquelas das agências de fomento, atribuem grande pontuação a publicações em revistas indexadas. O SCI tornou-se também a referência central para a seleção de títulos a serem adquiridos por bibliotecas, agências financiadoras e pesquisadores individuais.

Em 1992, o ISI foi adquirido pela Thomson Corporation, passando a se chamar Thomson ISI e, atualmente, Thomson Scientific (INSTITUTE FOR SCIENTIFIC INFORMATION, 2006). Congrega diversos serviços informacionais no portal Web of Knowledge, entre os quais o Web of Science, uma das principais bases de dados de publicações científicas do mundo e o Journal of Citation Report¹, que reúne dados estatísticos acerca do impacto de periódicos e artigos publicados na ciência mundial. Sendo praticamente a única fonte universalmente legitimada pela comunidade internacional no estabelecimento de parâmetros para classificação de autores e periódicos (MULLER, 2006), o ISI tornou-se o mais importante *player* no mercado editorial da ciência, transferindo valor para os periódicos ali indexados.

¹ De um total de aproximadamente 7.500 títulos analisados em 2005, 17 são brasileiros. Entretanto, os índices de citações de autores brasileiros vêm crescendo significativamente, em termos percentuais, como indica Cruz (2002).

O efeito sobre o preço das assinaturas foi considerável. Estimativas indicam que, num período de 20 anos, os preços das revistas norte-americanas (a grande maioria dos títulos indexados no SCI e também as de maiores índices de impacto) aumentaram de U\$39 em média, em 1975, para U\$ 284, em 1995 (KING; TENOPIR, 1998).

Nesse cenário, desde meados da década de 80, as bibliotecas universitárias e de pesquisa norte-americanas vinham acusando o golpe do aumento de preços; somado à restrição ao financiamento das coleções e à crescente demanda de seus usuários, configurou-se a chamada "crise dos periódicos" (MULLER, 2006, p. 31). As bibliotecas brasileiras, que sempre enfrentaram tais dificuldades, tiveram-nas agravadas.

Além da questão dos custos, Ferreira e Muniz Júnior (2005) apontam outros questionamentos que colocaram em xeque a "indústria do periódico científico": 1.) a lentidão na divulgação do conhecimento, em função do caráter excessivamente formal que o artigo de periódico passou a exercer na estrutura da comunicação científica, em detrimento da troca imediata de informações; 2.) a exigência de transferência dos direitos dos autores dos artigos para as editoras dos periódicos científicos, restringindo a possibilidade dos autores em dispor de seus trabalhos como lhes conviesse; e 3.) a formatação do sistema de avaliação por pares que pode impingir falta de agilidade e velocidade ao processo, cerceamento ao "novo", favorecimento de autores ligados a instituições prestigiadas, falta de transparência nos critérios de julgamento e concentração em determinados nomes na composição de comissões de avaliadores.

Do ponto de vista operacional, o fluxo da comunicação científica era marcado, sucintamente, por etapas sequenciais: redação, submissão, avaliação, revisão, publicação, indexação, disseminação e uso. Tais etapas estavam linearmente situadas no tempo e no espaço e envolviam a participação de diferentes atores, não necessariamente conectados entre si.

As limitações desse modelo estavam no lapso de tempo entre a preparação dos textos, aprovação, edição, impressão e distribuição, que pode incorrer em meses ou anos, dependendo da gestão nas editorias; no imenso *backlog*², gerando dificuldade de disseminação e acesso, particularmente dos

² Textos não indexados em face da explosão bibliográfica.

trabalhos produzidos em áreas ou países que não contam, ou as têm precariamente, com infra-estrutura de tratamento de informação; nos custos de distribuição das revistas impressas, acessíveis basicamente em bibliotecas, frequentemente com restrições de horário e públicos; pelo alto custo de assinaturas, cobradas por editoras, distribuidoras ou mesmo associações científicas (CASTRO, 2006).

Do ponto de vista político, o poder se concentrou nos editores de revistas científicas e produtores de serviços de indexação e distribuição, majoritariamente privados. Não é difícil verificar o paradoxo no sistema construído: o produto sobre o qual ocorrem as transações – a produção acadêmico-científica – advém, em sua grande maioria, do resultado de pesquisas financiadas com recursos públicos, cujos direitos de propriedade são transferidos para os negócios privados e adquiridos, na forma de publicações, novamente com financiamento público. Acrescente-se que os principais agentes financiadores de pesquisas e de publicações incluem a presença dos pesquisadores naqueles veículos como indicador importante na avaliação de projetos e programas. Vale lembrar que tal sistema foi construído à luz dos requisitos de legitimação científica, postulados, em tese, pelos próprios cientistas³.

As contradições e a perversidade desse sistema, especialmente para países em desenvolvimento, como o Brasil são descritas por Muller (2006, p. 33):

Aqui, [...] é o Estado que financia a educação dos novos cientistas, desde seu início até a obtenção dos graus mais altos, seja em instituição nacional ou estrangeira. Uma vez formado e já pesquisando, normalmente em uma universidade também mantida pelo Estado, sua pesquisa é frequentemente financiada pelas agências de fomento federais ou estaduais, vale dizer, de novo dinheiro público. Terminada a pesquisa, sua divulgação em reuniões e congressos será de novo financiada pelo Estado. Finalmente, a publicação em revista indexada poderá também receber auxílios dos cofres públicos, pois em algumas áreas as editoras cobram dos autores por página publicada. Ao publicar em uma revista, é hábito o autor ceder às editoras o direito autoral sobre o artigo. Uma vez publicada,

entra em cena de novo o Estado, financiando as bibliotecas para sua compra.

A busca por soluções para os problemas, encontrou nas tecnologias de informação e comunicação possibilidades de reversão da "crise", primeiramente na dimensão operacional. No espaço virtual da Internet, foram superados os paradigmas de linearidade e sequencialidade do fluxo da comunicação científica; ou seja, foi possível a convergência entre autores, revisores e editores, em interações ágeis e dinâmicas, desses com bibliotecas e centros de informação e, em consequência, com os usuários, potencialmente também produtores.

Como mostra Castro (2006), além da compressão e, em alguns casos, da simultaneidade das etapas tradicionais, uma nova etapa pôde ser acrescentada no fluxo da comunicação científica, qual seja o da geração de medidas e de indicadores para avaliação. Os autores puderam acompanhar os caminhos percorridos e os indicadores de aprovação de seus trabalhos; os editores e revisores, gerenciar de forma mais eficiente os prazos da revisão por pares; os editores e gestores de agências e unidades de informação, o número de acessos realizados.

Ainda que essas mudanças tenham possibilitado a oferta de publicações periódicas eletrônicas por indivíduos e instituições que estavam à margem do mercado editorial, os mesmos processos de legitimação, de prestígio e de qualificação da produção científica foram trazidos para o espaço virtual. De maneira que, embora tenha se ampliado significativamente a velocidade no acesso às informações, barreiras de preço às publicações mais prestigiosas, limitações quanto à transparência do processo de revisão por pares e transferência de direitos autorais persistiam. E os primeiros a ocupar mais eficazmente o espaço virtual foram os grandes editores e distribuidores privados.

Não obstante, abriram-se novas possibilidades no âmbito mesmo da comunicação entre pesquisadores, particularmente naquelas áreas cujo conhecimento é o próprio motor das mudanças tecnológicas atuais, nas quais o ritmo de inovação é extremamente rápido.

Foram as experiências realizadas na década de 90, no Laboratório Nacional de Los Alamos, nos EUA, que deram partida ao processo de ruptura com o modelo tradicional da comunicação científica. Pesquisadores das áreas de Ciência da Computação, Física e Matemática criaram um repositório digital

³ Nada que a teoria institucional não seja capaz de explicar por meio, por exemplo, da noção dos mitos racionalizados (MEYER e ROWAN, 1991). Mas também nada que não possa ser subvertido, como nos indica a teoria dos campos sociais, de Bourdieu (1983), particularmente quando aborda as lutas travadas no campo científico.

com o objetivo primordial de ali reunirem e exporem trabalhos em construção, os chamados *preprints*, de modo que ficassem acessíveis a outros pesquisadores interessados, para trocas de informações. A avaliação prévia por pares foi substituída por um pacote de *softwares* que verificava basicamente a pertinência do *paper* ao repositório e a afiliação do autor. Esse mesmo pacote permitia a publicação de comentários dos leitores sobre os trabalhos publicados e, do mesmo modo, o depósito, pelo autor, de uma nova versão, além de respostas e interações diretas (KURAMOTO, 2006; MULLER, 2006).

A iniciativa se estendeu para outras áreas, disseminando a criação de repositórios abertos, sem contar a disseminação de páginas individuais e institucionais, onde pesquisadores e grupos passaram a, livremente, publicar seus trabalhos; obviamente não incluídos aqueles cujos direitos haviam sido cedidos às editoras.

O limite dessas iniciativas pioneiras era a legitimidade na certificação da ciência e da comunicação científica, solidamente estabelecida no modelo tradicional; a volatilidade do meio digital; a falta de conexão com serviços de indexação; e a explosão de informações digitais no universo deliberadamente caótico da Internet.

No final da década de 90, foi realizada uma reunião, nos EUA, entre os responsáveis por diversos repositórios de variadas áreas, com o objetivo de explorar as possibilidades de cooperação para definição de um modelo que, superando as limitações citadas, concretizasse as transformações no universo da comunicação científica (SOMPEL; LAGOZE, 2000).

Desse evento, emerge a Convenção de Santa Fé sobre a *Open Archives Initiative* (OAI), formulada como um conjunto de especificações técnicas e suporte organizacional que permitisse a interoperatividade dos repositórios de *preprints* existentes (convencionalmente chamados *eprints*). Tal interoperatividade foi proposta não como uma forma de centralização e homogeneização de sistemas autônomos, mas como um conjunto de princípios básicos que viabilizassem a legitimação desse novo formato no seio na comunidade científica.

A Convenção propôs, como base essencial para um arquivo de *eprints*, os seguintes componentes: 1.) mecanismo de submissão; 2.) sistema de armazenamento de longo prazo; 3.) política de gestão para a submissão e preservação de documentos; e 4.) interface aberta, que permita a terceiros

coletar metadados⁴ dos diferentes arquivos. Este último item é considerado essencial para a filosofia da OAI, em razão de prover a necessária produção de serviços de descoberta, apresentação e análise de dados disponíveis nos arquivos. Ou seja, é a interface aberta que possibilita construir os mecanismos de indexação, análise de citações e impacto tão caros aos critérios de avaliação da produção acadêmico-científica.

Ademais da essencialidade técnico-operacional, a Convenção de Santa Fé sobre OAI indica a distinção, e a complementaridade, de dois componentes organizacionais no sistema de *eprints*: os provedores de dados e os provedores de serviços. Os primeiros são os gestores de arquivos e sistemas de *eprints* e devem dispor, no mínimo, de um sistema de submissão que inclua o auto-arquivamento de trabalhos; de um sistema de armazenamento de longo prazo e de mecanismos de exposição de metadados que permita a colheita por terceiros, os provedores de serviços. Estes últimos são as instituições ou serviços que implementam mecanismos de recuperação, disseminação, análise e controle de acessos e citações, a partir dos dados coletados junto aos arquivos de *eprints*.

A partir dessas concepções, diversos pacotes de *software* foram desenvolvidos, também sob a orientação de livre acesso e uso, como o *Open Journal Systems* (OJS), implementado pelo *Public Knowledge Project* (PKP), da *British Columbia University*, do Canadá (FERREIRA; MUNIZ JUNIOR, 2005). Esse *software* contempla os processos básicos de automação na editoração de periódicos, desde a submissão e avaliação dos trabalhos até sua publicação on-line e a indexação em serviços nacionais e internacionais. Como *software* livre e aberto, pode ser adquirido gratuitamente na Internet e customizado, de acordo com a necessidade de cada periódico.

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) traduziu e customizou o OJS, disponibilizando sua versão oficial, em português, com a denominação de Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas (SEER), que vem sendo estudado e utilizado por diferentes áreas e instituições.

Reestruturadas as bases técnico-operacionais, as iniciativas individuais ou

⁴ Formato de descrição de recursos eletrônicos dispostos na Internet. No contexto das publicações científicas digitais, correspondem à descrição bibliográfica ou registro bibliográfico no ambiente convencional (MODESTO, 2005). São requisitos para a localização de documentos na Internet.

grupais por modificações no processo de comunicação científica ganharam força e alcançaram associações científicas, fundações e entidades governamentais, dando origem a diversas outras organizações voltadas para o acesso livre, congregando esforços no sentido de reestruturar as relações de poder vigentes no campo.

3 O MOMENTO DE ACESSO LIVRE A PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

Estabelecidas as possibilidades técnicas para a convergência de todas as etapas do fluxo da comunicação científica, desde a submissão até o uso e a interoperatividade dos repositórios, as iniciativas que se seguiram dirigiram-se para a mobilização da comunidade acadêmico-científica. Visam, basicamente, ao reconhecimento desses mecanismos como formas legítimas de produção e divulgação da ciência e do acesso livre como o elemento essencial de transformação.

Harold Varmus, prêmio Nobel de Medicina de 1989, liderou um grupo de cientistas dedicados a tomar a literatura científica, particularmente da área médica, um recurso público. O grupo lançou uma carta aberta via e-mail para milhares de pesquisadores no mundo, defendendo a idéia de que o conhecimento científico pertence a todos e, portanto, deveria estar disponível para todos. No ano de 2000 foi criada a *Public Library of Science* (PLOS), uma organização civil, sem fins lucrativos, cujos recursos iniciais vieram da premiação de Varmus e, mais tarde, da doação de uma fundação norte-americana, o que permitiu a estruturação de um portal de revistas científicas da área médica de acesso livre (SILVEIRA ; ODDONE, 2005).

Seguiram-se declarações de comunidades científicas de várias áreas e países, sendo fundamentais as de Budapeste, Bethesda e Berlim (IBICT, 2005a).

A primeira surgiu a partir de uma reunião promovida pela *Open Society Institute* (OSI), realizada em dezembro de 2001, da qual resultou a *Budapest Open Access Initiative* (BOAI), documento e iniciativa que declara princípios e define estratégias direcionado ao incentivo do auto-arquivamento e à publicação de periódicos de acesso livre, cujos custos envolvidos na produção, no processo de avaliação e distribuição seriam inicialmente garantidos pela OSI, que se incumbiria de agregar outros agentes, como governos, universidades, fundações etc.

Em abril de 2003, em reunião realizada na sede do Howard Hughes Medical Institute diversas personalidades, como cientistas, editores e bibliotecários vinculados à informação na área biomédica discutiram formas de concretizar, o mais rapidamente possível, o acesso livre à literatura científica, resultando na *Bethesda Statement on Open Access Publishing*. Esta declaração formalizou uma definição de acesso livre e recomendações de grupos de trabalhos, sobre políticas a serem adotadas por organismos e instituições financiadoras, sociedades científicas e pesquisadores (IBICT, 2005a).

Segundo a Declaração de Bethesda (2003), é considerada uma publicação de acesso livre toda aquela que satisfaça a duas seguintes condições:

1.) O(s) autor(es) e os detentores dos direitos de reprodução (copyright) concedem a todos os usuários o direito de acesso gratuito, irrevogável, universal e perpétuo ao trabalho, bem como a licença de copiá-lo, utilizá-lo, distribuí-lo, transmiti-lo e exibi-lo publicamente, e ainda de produzir e de distribuir trabalhos dele derivados, em qualquer meio digital, para qualquer finalidade responsável, condicionado à devida atribuição de autoria, e concedem adicionalmente o direito de produção de uma pequena quantidade de cópias impressas, destinadas a uso pessoal.

2.) Uma versão integral do trabalho e de todo o material suplementar, incluindo uma cópia da permissão em formato eletrônico padronizado, é depositada imediatamente após a publicação inicial em um repositório on-line mantido por uma instituição acadêmica, por uma associação científica, por uma agência governamental ou por outra organização solidamente estabelecida, a qual vise a propiciar o acesso aberto, a distribuição irrestrita, a interoperabilidade e o arquivamento de longo prazo.

A Declaração de Berlim sobre o Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades foi subscrita, em outubro de 2003, por representantes de várias das mais importantes instituições científicas européias, entre as quais a Sociedade Max-Planck (Alemanha) e o Centre National de la Recherche Scientifique (França). Além de apoiar o Acesso Livre, essa Declaração encoraja investigadores e bolsistas a depositarem seus trabalhos em pelo menos um repositório público (IBICT, 2005a).

Diversas outras entidades e associações aderiram ao movimento do Acesso Livre, incluindo o tema na agenda

política e social para além das fronteiras do mundo científico, como indicam declarações de organizações governamentais e não-governamentais e organismos multilaterais, como a OCDE, como indicam informações colhidas no sítio do IBICT e trabalhos já citados neste texto, como o de Kuramoto (2006).

As mesmas condições preconizadas na Declaração de Bethesda são utilizadas pelas demais entidades e organismos que aderiram ao movimento, inclusive as brasileiras, onde o movimento já conta com a adesão de entidades, associações científicas e pelo menos uma organização não-governamental criada especificamente para esse fim – o Movimento Acesso Aberto Brasil (2005).

A primeira manifestação pública formal no Brasil foi o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica, emitida pelo IBICT, em setembro de 2005 (IBICT, 2005b). O Manifesto defende a adesão ao movimento mundial e o estabelecimento de uma “*política nacional de acesso livre à informação científica*”, mediante o apoio de toda a comunidade científica, com o envolvimento não apenas das suas organizações, mas, *obrigatoriamente*, dos pesquisadores e das agências de fomento” (grifos do original). Vale lembrar que o IBICT é um instituto vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

O documento faz recomendações aos diferentes segmentos da comunidade científica, dentre as quais destaco:

É imperativo que as instituições acadêmicas brasileiras se comprometam a:

- criar repositórios institucionais e temáticos, observando o paradigma do acesso livre;
- requerer que seus pesquisadores depositem uma cópia de todos os seus trabalhos publicados em pelo menos um repositório de acesso livre;
- reconhecer a publicação em ambiente de acesso livre para efeito de avaliação e progressão acadêmica;
- ter disponíveis, em ambiente de acesso livre, os periódicos editados pela instituição ou seus órgãos subordinados.

É primordial que os pesquisadores (autores):

- depositem, obrigatoriamente, em um repositório de acesso livre publicações

que envolvam resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos.

É necessário que as agências de fomento:

- reconheçam a publicação científica em repositórios de acesso livre para efeito de avaliação da produção científica dos pesquisadores e de concessão de auxílios e financiamentos para pesquisa;
- recomendem aos pesquisadores a quem concedem auxílio financeiro para suas pesquisas que depositem uma cópia dos resultados publicados em um repositório de acesso livre e/ou que publiquem prioritariamente em periódicos eletrônicos de acesso livre;
- promovam e apoiem a construção e manutenção de repositórios institucionais e temáticos;
- apoiem, prioritariamente, a edição de publicações científicas eletrônicas de acesso livre (IBICT, 2005b, grifos do original).

São feitas ainda recomendações às editoras comerciais, no sentido de manterem disponíveis, para acesso livre, uma versão eletrônica de trabalhos publicados por elas, cujos autores tenham recebido recursos públicos para sua pesquisa e de concordarem que os próprios autores o façam. Para as editoras não comerciais, as recomendações se concentram na necessidade de adoção de padrões conformes aos estabelecidos pela OAI.

No mesmo mês e ano, os participantes do *International Seminar on Open Access* - evento paralelo ao 9º Congresso Mundial de Informação em Saúde e Bibliotecas e 7º Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde, publicaram a Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento (DECLARAÇÃO, 2005). Elaborado sobre premissas, entre as quais a de que a comunicação científica é parte crucial e inerente das atividades de pesquisa e desenvolvimento; que a ciência se desenvolve de forma mais eficaz quando há acesso irrestrito à informação científica; e de que os países em desenvolvimento desempenham função essencial na configuração do cenário do Acesso Aberto, por suas iniciativas pioneiras, a Declaração de Salvador, insta os governos a darem alta prioridade ao Acesso Aberto na elaboração de políticas científicas, incluindo:

- a exigência de que a pesquisa financiada com recursos públicos seja disponibilizada através de Acesso Aberto;
- a inclusão do custo da publicação como parte do custo de pesquisa;
- o fortalecimento dos periódicos nacionais de Acesso Aberto, de repositórios e de outras iniciativas pertinentes;
- a promoção da integração da informação científica dos países em desenvolvimento no escopo mundial do conhecimento (DECLARAÇÃO, 2005).

A Declaração conclui com a condenação "a todos os parceiros da comunidade internacional para conjuntamente assegurar que a informação científica seja de livre acesso e disponível para todos e para sempre".

O evento que deu origem a esta Declaração foi liderado pelo Centro Latino-Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde (BIREME) que, desde 1967, coordena uma rede descentralizada de bibliotecas e serviços de informação, responsáveis por coletar, tratar e disponibilizar informações acerca da produção científica de pesquisadores da área na região.

É importante destacar que ambas as instituições – IBICT e BIREME – desenvolvem projetos no âmbito das publicações científicas de acesso livre. A BIREME, juntamente com a FAPESP, desenvolveu, em 1997, o projeto SciELO, experiência pioneira no Brasil na formação de biblioteca virtual de revistas científicas brasileira, em diversas áreas de conhecimento, em formato eletrônico (PACKER et al., 1998). Os recursos de controle e gerenciamento do SciELO permitem realizar estatísticas de acesso, citações, co-autorias e outros importantes recursos para estudos bibliométricos, particularmente importantes na avaliação de produtividade, impacto e interações com outros pesquisadores.

O IBICT, além da customização e oferta do SEER, já citado, coordena a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), formada atualmente por cerca de 50 BDTD's locais (instituições de ensino superior mantenedoras de programas de pós-graduação). Estruturada segundo o modelo da Convenção de Santa Fé, as IES exercem o papel de provedores de dados e o IBICT o de provedor de serviços, realizando a coleta de metadados e ofertando serviços especializados a usuários e à própria rede. No

modelo adotado, o IBICT funciona ainda como agregador, mediando a coleta de dados para a *Networked Digital Library of Thesis and Dissertation* (NDLTD), iniciativa mundial para acesso livre a teses e dissertações (IBICT, 2006a). A BDTD nacional conta hoje com cerca de 30.800 registros, grande parte com documentos completos.

Atualmente, o IBICT mantém também o Portal OASIS.Br, desenvolvido em parceria com a Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC). Trata-se também de um provedor de serviços que coleta, automaticamente, sob os mesmos princípios da BDTD, metadados de periódicos científicos disponíveis em repositórios digitais, tornando-os disponíveis por meio de uma busca centralizada e em uma única interface, o que facilita sobremaneira o processo de busca (IBICT, 2006b).

Outro relevante documento na recente trajetória pelo acesso livre é a Carta de São Paulo, elaborada a partir da criação do Movimento Acesso Aberto Brasil, aberta à subscrição de qualquer cidadão interessado em fazê-lo. Em linhas gerais, advoga os mesmos princípios até aqui apresentados, destacando que "o único limite para a reprodução e distribuição deve ser o direito do autor sobre a integridade e crédito de sua obra, assim como a citação adequada" (CARTA, 2005). Entre as recomendações, saliento:

- que as pesquisas realizadas em universidades públicas tenham seus resultados livremente disponibilizados;
- que as agências de fomento adotem critérios de avaliação que privilegiem pesquisas cujos resultados estarão disponíveis sob os princípios do acesso aberto;
- que se fortaleçam as instituições públicas como bibliotecas, arquivos, museus, coleções culturais e outros pontos de acesso comunitário para promover a preservação de documentos e o acesso livre ao conhecimento;
- que as publicações digitais sejam adequadamente avaliadas, considerando a existência de comissão editorial, revisão por pares e demais critérios atualmente utilizados para as publicações cujo suporte é o papel;
- que os pesquisadores publiquem em periódicos e revistas comprometidos com o acesso aberto; que essa seja a condição para serem editores ou

pareceristas de um periódico (CARTA, 2005).

Subscrita por professores, pesquisadores e representantes da sociedade civil, a Carta conclui com um apelo a todas as instituições, associações profissionais, governos bibliotecas, editores, fundações, entidades acadêmicas, cientistas, gestores educativos, pesquisadores e cidadãos para que observem os princípios do acesso livre e que ajudem a ampliar o acesso à literatura acadêmica, auxiliando na eliminação das barreiras econômicas, comerciais e culturais existentes.

Entre pesquisadores brasileiros de áreas específicas, os primeiros e únicos, até aqui, a se manifestarem pública e formalmente, foram os da área da Psicologia, reunidos em Florianópolis, durante o XI Simpósio de Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, realizado em maio de 2006. Na Declaração de Florianópolis (2006), os pesquisadores endossam o conceito de acesso aberto constante na Declaração de Bethesda e recomendam, entre outras:

- que as entidades mantenham e até ampliem sua política de apoio financeiro aos periódicos brasileiros em geral, que já nasceram de acesso aberto em sua quase totalidade, deste modo cooperando para a construção de um sistema forte, consolidado e abrangente de periódicos científicos de alto impacto no hemisfério sul;
- que pesquisadoras e pesquisadores não transfiram incondicionalmente os direitos autorais de seus artigos a nenhuma revista, ressaltando pelo menos a possibilidade de incluí-los em algum repositório mantido por uma instituição acadêmica, por uma associação científica, por uma agência governamental ou por outra organização solidamente estabelecida;
- que as entidades de fomento reconheçam que os custos de divulgação da pesquisa integram o custo da própria pesquisa, não impondo restrições ao pagamento de tarifas-de-página (*page charges*) a periódicos que permitam o acesso aberto (mas apenas a estes);
- que as pesquisadoras e os pesquisadores priorizem as revistas de acesso aberto quando forem (i) submeter seus originais; (ii) aceitar

solicitações para revisar artigos; (iii) fizer recomendações (de leituras a estudantes e colegas, e de assinaturas à biblioteca);

- que a adesão ao Acesso Aberto (ou, pelo menos, o nítido esforço para realizar a transição) seja, a médio prazo, uma condição mínima para que um periódico receba a classificação de qualidade A no Qualis da Psicologia, independentemente de seu âmbito ou de área do conhecimento a que pertença (DECLARAÇÃO, 2006).

Afirmam ainda defender modificações nos processos de avaliação de progressões funcionais e de concursos, para valorizar a contribuição comunitária de publicar em acesso aberto e de reconhecer o mérito intrínseco de artigos individuais sem levar em conta o nome do periódico em que ele tenha sido publicado; e se comprometem a desenvolver atividades de conscientização e mobilização junto a seus colegas e ao público acerca da importância do acesso aberto e das razões pelas quais o apóiam. E condenam: "transformemos o acesso aberto à pesquisa em um projeto científico de toda a comunidade de pesquisadores. O imensurável sucesso da nossa ciência, da idade da pedra até as viagens espaciais, prova que isto funcionará extraordinariamente bem".

As respostas a essas recomendações parecem começar a surtir efeitos, particularmente no que se refere à classificação de periódicos eletrônicos brasileiros no Qualis e à sua inclusão no Portal de Periódicos da CAPES. Nesse Portal estão disponibilizadas uma série de coleções de periódicos de acesso livre, ao lado de outros tantos, cujo custo para manutenção de assinaturas alcançou a cifra de R\$ 57.925.888,67 no ano de 2005 (BRASIL, 2006). A menção ao valor tem o objetivo de destacar a importância que a própria agência atribui às publicações científicas e a seu acesso para os pesquisadores, fator evidentemente imprescindível para o desenvolvimento científico e tecnológico do País. Ao mesmo tempo, a inclusão de periódicos e repositórios de acesso livre no Portal de Periódicos certamente contribui para ampliar o reconhecimento desses instrumentos como veículos legítimos de comunicação científica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste texto, afirmei que nós, pesquisadores da área de Administração, vínhamos mantendo um relativo afastamento

das discussões em torno das transformações que as tecnologias de informação e comunicação provocam em nossa atividade profissional. Na verdade, percebo o afastamento da dimensão política da temática, pois a dimensão técnica parece significativamente absorvida.

O avanço tecnológico que permitiu produzir periódicos eletrônicos ou repositórios de *eprints* tem sido bastante explorado por instituições, associações e pesquisadores da área. Temos já inúmeros títulos de periódicos eletrônicos na nossa área, inclusive de iniciativas brasileiras, de editores consagrados e instituições respeitáveis.

É certo que, comparando-se a situação de dois anos atrás, vimos avançando. Até então, nenhuma publicação da área participava do projeto SciELO, experiência pioneira no Brasil na formação de biblioteca virtual de revistas científicas brasileira de acesso livre em diversas áreas de conhecimento, em formato eletrônico (PACKER et al., 1998). Atualmente, dos cerca de 160 títulos incluídos no SciELO, dois são específicos da área de Administração (RAE Eletrônica e Revista de Administração Pública – RAP).

Alguns outros títulos cujo acesso era restrito a assinantes já disponibilizam artigos na íntegra de edições retrospectivas, caso da Revista de Administração Contemporânea (RAC) e da Revista de Administração de Empresas (RAE), por exemplo, sem contar aquelas que são, desde sua criação disponíveis em meio eletrônico e livremente acessíveis, como a ReAD e esta revista, Gestão.Org.

Entretanto tais iniciativas ainda não confluem para o movimento coletivo que se articula no âmbito da comunidade científica nacional e internacional, com vistas a romper com a legitimidade vigente, a subverter as regras do jogo e a redefinir o valor do conhecimento científico como bem comum. O mesmo sentido de coletividade que está presente na produção e no uso do conhecimento.

Impossível não recorrer a Bourdieu, para lembrar que o campo científico é estruturado em torno da luta pelo monopólio um pouco?

da autoridade científica, definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social. A forma que reveste essa luta política pela legitimidade científica depende “da estrutura de distribuição do capital específico de reconhecimento científico entre os participantes na luta” (BOURDIEU, 1983, p. 136). E “o que comanda os pontos de vistas, o que comanda as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas que escolhemos, os objetos pelos quais nos interessamos etc. é a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes que são [...] os princípios do campo” (BOURDIEU, 2004, p. 23).

Não podemos ignorar, portanto, as relações de poder que permeiam e influenciam a estrutura do campo da comunicação científica, onde

há interesses financeiros das editoras que dominam o mercado de periódicos, há os interesses das instituições de pesquisa e universidades que lutam por prestígio e financiamento, há interesses nacionais, políticos e econômicos que buscam o desenvolvimento e prestígio nacional e há o interesse pessoal dos pesquisadores, tanto daqueles que já ocupam os lugares mais altos na hierarquia – e que desejam lá permanecer – quanto daqueles que estão em ascensão e disputam lugares mais altos e também os marginalizados, para quem mudanças, seriam talvez, favoráveis (MULLER, 2006, p. 31).

Se compreendermos e assumirmos a dimensão política de que se revestem as mudanças provocadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação, certamente nos juntaremos aos pesquisadores e instituições, aos projetos e aos movimentos que lutam para devolver ao coletivo, indiscriminadamente, o que é nele e por ele construído.

Acender a chama do desejo de mudar. Este o pretensioso objetivo deste texto. Transformando a afirmativa de Drummond numa pergunta: de tudo, ficou

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: _____. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. Cap. 4, p. 122-155. Organizador: Renato Ortiz.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Relatório de gestão**. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/CAPES_RelatorioGestao_2005.pdf. Acesso em: 13 nov. 2006.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. 2002. Disponível em: <http://www.soros.org/openaccess/read.shtml>. Acesso em: 12 nov. 2006.

CARTA de São Paulo. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.acessoaberto.org/>. Acesso em: 30 out. 2006.

CASTRO, Regina C Figueiredo. Impacto da Internet no fluxo da comunicação científica em saúde. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. esp., p. 57-63, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40nspe/30623.pdf>. Acesso em: 11 Nov 2006.

CRUZ, Carlos Henrique de Brito. Ciência forte, desenvolvimento incipiente. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 dez. 2002. Tendências / Debates, p. A3.

DECLARAÇÃO de Florianópolis. Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://www.ibict.br/noticia.php?id=263>. Acesso em: 06 abr. 2006.

DECLARAÇÃO de Salvador sobre Acesso Aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento. Salvador, 2005. Disponível em <http://www.icml9.org>. Acesso em: 30 out. 2006.

FERREIRA, Sueli Mara S.P.; MUNIZ JR., José de Souza. Movimento do Livre Acesso e a democratização de conteúdos científicos: um projeto de editoração eletrônica de revistas de Ciências da Comunicação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL LATINOAMERICANO DE PESQUISA DA COMUNICAÇÃO, 3., 2005, São Paulo. **Proceedings...** São Paulo, 2005. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000568/>. Acesso em: 15 nov. 2006.

INSTITUTE FOR SCIENTIFIC INFORMATION. In: *Wikipedia: the free encyclopedia*, 2006. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Institute_for_Scientific_Information. Acesso em: 15 nov. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Declarações sobre o acesso livre** (open access). Brasília, (2005a). Disponível em: http://www.ibict.br/openaccess/index.php?option=com_content&task=view&id=158&Itemid=47. Acesso em: 11 de nov. 2006.

_____. **Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica**. Brasília: IBICT, 2005b. Disponível em: <http://www.ibict.br/openaccess/arquivos/manifesto.htm>. Acesso em: 30 out. 2006.

_____. *Sobre a BDTD*. Brasília, 2006a. Disponível em: <http://bdttd.ibic.br/utilitarios/sobre.jsp>. Acesso em: 20 nov. 2006.

_____. **Portal Brasileiro de Repositórios e Periódicos de Acesso Livre**. Brasília, 2006b. Disponível em: <http://www.ibict.br/oasis.br/>. Acesso em: 20 nov. 2006.

KING, Donald W.; TENOPIR, Carol. A publicação de revistas eletrônicas: economia da produção, distribuição e uso. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 176-182, maio/ago. 1998.

KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a10v35n2.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2006.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myths and ceremony. In: POWELL, Walter W ; DIMAGGIO, Paul J. (eds.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago : University of Chicago, 1991. p.41-62.

MODESTO, Fernando. **Metadados**: introdução básica. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo. Escola de Comunicação e Artes, 2005. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/modesto/textos/livrometadados.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2006.

MOVIMENTO ACESSO ABERTO BRASIL. **Sobre o Movimento Acesso Aberto**. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.acessoaberto.org>. Acesso em: 09 nov. 2006.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a04v35n2.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2006.

PACKER, Abel Laerte et al. SciELO: uma metodologia para publicação eletrônica. **Ciência da Informação** [on-line], Brasília, v. 27, n. 2, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 abr. 2005.

SILVEIRA, Martha S. M.; ODDONE, Nanci E. **Livre acesso à literatura científica**: realidade ou sonho de cientistas e bibliotecários? Salvador, 2005. Disponível em: http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/martaenanci.html. Acesso em: 10 nov. 2006.

SOMPTEL, Herbert Van de; LAGOZE, Carl. The Santa Fe Convention of the Open Archives Initiative. **Dlib Magazine**, vol. 6, n. 2, february 2000. Disponível em: <http://www.dlib.org/dlib/february00/vandesompel-oai/02vandesompel-oai.html>. Acesso em: 19 nov. 2006.

TARGINO, Maria das Graças. Novas tecnologias e produção científica: uma relação de causa e efeito ou uma relação de muitos efeitos? **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, v. 3, n. 6, dez. 2002. Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez02/Art_01.htm. Acesso em: 10 nov. 2006.

Sueli Goulart

Doutora em Administração pelo PROPAD/UFPE
Bibliotecária da Universidade Federal de Alagoas
Professora concursada da EA da UFRGS
E-mail: sueligoulart@uol.com.br